

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 070

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE MAIO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício nº 681/2001

Curitiba, 28 de maio de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para, respeitosamente, comunicar que, tenho tomado

conhecimento da existência de algumas dúvidas do ilustre Deputado Neivo Beraldin, Relator das contas do governador, do exercício financeiro de 1999, estou me permitindo a liberdade de encaminhar a essa egrégia Assembléia Legislativa, esclarecimentos sobre os fatos.

Na verdade, os elementos levantados pelo insigne parlamentar, e que foram extraídos do Relatório do Tribunal de Contas, estão todos inclusos neste documento e abordam a matéria de forma consistente.

O anexo estudo objetiva, tão somente, ampliar a interpretação das questões suscitadas e, finalmente, demonstrar a exata extensão de seu conteúdo e implicações.

Outrossim, senhor presidente, enfatizo que o trabalho desta Corte, nas contas do governador, estás contido nos limites da emissão do Parecer Prévio, que leva em consideração rigorosos critérios técnicos e legais, cabendo ao Poder Legislativo, à luz de disposição constitucional, o julgamento definitivo, titular que é do Controle Externo.

Finalmente, coloco-me, desde já, à disposição dessa respeitada Casa de Leis, para eventuais esclarecimentos complementares, solicitando a Vossa Excelência a especial gentileza de fazer chegar às mãos do Relator e dos Líderes partidários, cópias destes esclarecimentos.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Cordialmente

Salas das Sessões, em 28.05.2001.

(a) RAFAEL IATAURO - Presidente

CONTAS DO GOVERNADOR

Exercício Financeiro de 1999

Relatório do Deputado Neivo Beraldin

Esclarecimentos do Tribunal de Contas

ITEM 01

Além do valor geral para saneamento do Banco do Estado do Paraná R\$5.625.782.894,11 bilhões (Anexo 05 - Relatório Principal). Dos instrumentos de acordo celebrados com a União, responde por R\$5,1 bilhões, importante salientar ainda, que o mesmo Banco é responsável pelo valor de R\$537,9 milhões de composição das "outras dívidas" tratando-se o restante de refinanciamento junto ao INSS. Anexo 13.

Esses valores estão compatíveis com aqueles mencionados na Instrução e Relatório do Tribunal de Contas. Esses documentos contemplam informações básicas sobre os fatos, relatando sua situação fática.

ITEM 02

No exercício de 1995, o governo possuía na Administração Direta, R\$0,80 (oitenta centavos) para cada R\$1,00 (um real) de dívida. Esse índice tem decrescido a tal

ponto, que em 1999 o Estado tinha para cada real de dívida, apenas R\$0,04 (quatro centavos).

Essas informações, também, fazem parte da análise procedida pelo Tribunal, e demonstram a liquidez que o Estado vem apresentando nos últimos anos.

Trata-se de matéria atinente à administração das finanças do Estado e que envolve parâmetros ligados ao desenvolvimento da economia pública, do montante de despesas e do pagamento de dívidas.

ITEM 03

No período de 1995 a 1999, ocorreu a seguinte evolução da dívida ativa: (em R\$)

Inscrição	1.445.362.884,40
Baixa por recebimento	28.468.102,12
Baixa por cancelamento	191.681.711,18

Nota 6: Somente no exercício de 1997 foi: (em R\$)

Inscrito em dívida ativa	602.815.845,71
Baixa por recebimento	5.965.829,56
Baixa por cancelamento	68.001.387,05

Uma transparência de uso do erário público exige que identifiquemos centavo por centavo de quem e por que cancelamos a dívida ativa nos últimos 5 (cinco) anos, totalizando R\$191,6 milhões, quem se beneficiou? Anexo 15

O Relator, no que se refere a essa questão, enfatizou: “Não se verificou maior atenção da Administração na cobrança desses créditos que são, efetivamente, fontes potenciais de receita e cujo saldo apurado em 31.12.99 situou-se em R\$2,9 bilhões”.

ITEM 04

Compromissos autorizados com Precatório no exercício de 1999 no valor de R\$269.802.607,00:

Valor empenhado.....	251.842.591,00
Valor Pagamento do exercício.....	21.236.901,00

Nota 7: O valor pago correspondeu a tão somente 8% do valor empenhado, havendo necessidade de inscrição em dívida flutuante sob título “Restos a pagar” da importância de R\$2.835.701.456,00. Desse valor inscrito sob título de “Restos a pagar”, R\$2.605.095.765,00, referem-se a valores relativos a exercícios anteriores, e cada vez mais a “corda” fica mais curta para o governo, pois de um lado cancela dívida ativa, e do outro arrola compromissos com precatórios.

Os dados apresentados refletem a movimentação Orçamentária e Financeira dos Precatórios do Estado, no exercício de 1999. Trata-se de fato administrativo e judicial, relativos às decisões do governo.

ITEM 05

O valor do saneamento geral do Banestado de R\$5,625 milhões foi alocado no programa de governo “Paraná mais Emprego”, todavia serviu para suporte financeiro para atendimento ao programa de desligamento voluntário do Banestado S/A.

O Poder Executivo foi autorizado pela Lei nº 12201 de 25.06.98 a proceder aumento de capital, adquirir ativos ou assumir passivos do Banestado até o valor de R\$4.100 milhões. Anexo 18

A aplicação dos recursos, no saneamento do Banestado, de R\$5,6 bilhões está demonstrada às páginas 65 e 82, da Instrução e do Parecer Prévio, respectivamente.

ITEM 06

As inconsistências contábeis apresentadas pela contabilidade estadual nas contas do governo, desvirtuam o real comportamento da receita, em comparação com a efetivamente arrecadada, quando apresenta um superávit, orçamentário de R\$544.005.144,94. A inspetoria de Controle do Tribunal de Contas ajusta par déficit de R\$

Essa matéria já foi de comentário na Prestação de Contas do exercício financeiro de 1998. Por manter-se a uniformidade de posição, transcreve-se, abaixo, os comentários realizados naquela oportunidade.

“Quanto ao fato de mecanismo contábil, adotado pelo Executivo, para registrar os repasses às entidades da administração indireta não ser o mais adequado, conforme mencionado na instrução técnica, há que se registrar que o assunto já foi motivo de análise das contas do exercício financeira de 1997, da mesma forma, foram procedidos comentários nas contas das entidades, isoladamente, por ocasião dos respectivos exames.

Deveras, tecnicamente, o Tribunal de Contas apontou e recomendou a cada entidade a necessidade da adoção de critérios adequados, objetivando proporcionar, ao usuário das informações contábeis, e correta visualização dos resultados orçamentários, financeiro, patrimonial e operacional, tanto da administração direta, quanto da indireta.

Entendeu-se que a adoção de critérios contábil discutível, passível de questionamento, não pode ser motivo de ação precipitada que demande prejuízos às instituições. Optou-se, portanto, pela recomendação para a busca de alternativas viável e segura”.

ITEM 07

A inspetoria Geral de Controle ressaltou em sua conclusão 06 (seis) itens referentes a pontos relevantes Anexos 21, 21 A, 22 e 23.

A Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos emitiu parecer prévio favorável com ressalvas.

O Procurador-Geral, não vislumbrou óbice para que o Parecer prévio recomende a aprovação das contas apresentadas. Anexo 25.

O Conselheiro Rafael Iatauro (relator) finaliza seu parecer prévio informando que as contas do Governador Jaime Lerner estão em condições de merecer aprovação. Todavia, no corpo do documento Anexo 26 descreve:

“(…) considerando que os balanços gerais que compõem as contas do Governador do Estado do Paraná, ressalvados os aspectos destacados nos relatórios, particularmente os emitidos nas considerações finais, estão contabilizados conforme preceitos de Contabilidade Pública e de acordo com as normas de Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964, e expressam os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Exercício Financeiro de 1999 (…)

A posição adotada pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado, não poderia ser diferente. A forma de apresentação das Contas encontra respaldo nos dispositivos legais aplicáveis. Não obstante, as anomalias constatadas estavam devidamente elencadas no corpo dos instrumentos técnicos e jurídicos produzidos por esta Corte, sendo que as ressalvas guardam conformidades com os padrões de autoria geralmente aceitos.

Parecer Final dos Conselheiros

(…) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do voto do relator resolve(…)

Aprovar por unanimidade de votos, o parecer prévio relativo à prestação de Contas do Governo do Estado, referente ao exercício financeiro de 1999, nos termos do voto do relator (…)

Anexo 27
Com base no Relatório, e nas discussões feitas em Sessão Plenária, os senhores Conselheiros decidiram de acordo com os termos do voto do Relator da matéria.

Para o posicionamento adotado pelo Tribunal Pleno, foram consideradas as seguintes ponderações do Relator:

“este Parecer não afeta o julgamento dos demais Ordenadores de Despesa, inclusive das Entidades da Administração Indireta, ou de eventuais impugnações em tramitação, as falhas e deficiências verificadas na gestão Orçamentária e Financeira da Administração das Contas do Governador, embora devam ser corrigidas para que não acarretem prejuízos às Finanças Públicas,”

O Relator, de forma transparente ressaltou que o Parecer Prévio não elide a apreciação, em separado, de eventuais disfunções que possam ser constatadas nas contas dos órgão e entidades da administração indireta.

Enfatizou, igualmente, que as incorreções encontradas, na análise das contas governamentais, não constituem motivo superveniente para a sua desaprovação.

ITEM 08

Impugnações - Anexo 28

De forma semelhante ao item 06, transcrevo a manifestação do Relator no tocante ao assunto:

“A inserção desse capítulo, no Relatório das Contas do Governador, teve por finalidade informar os processos que tramitam neste Tribunal e que demandam análise mais profunda dos fatos que, preliminarmente, não caracterizaram procedimentos habituais da Gestão Pública.

A valoração e o objetivo das propostas de impugnação, ainda poderiam ser discutidos, em se considerando que os respectivos processos não estavam, naquele momento, suficientemente preparados para julgamento. Exemplificadamente, o direito do contraditório e ampla defesa, ausência de análise e pareceres das áreas pelas quais esses processos transitam para, após cumpridos os passos administrativos, estarem em condições de apreciação pelo Plenário, que poderá acatar ou não a proposta de impugnação.

Outro fator relevante a ser considerado é o de que, na hipótese de serem utilizados valores que possivelmente viessem a ser impugnados e não definitivamente julgados, a sua utilização para comparações, projeções ou afirmações, certamente não teria sustentação técnica ou legal. Poderia resultar, inclusive, em informações ausentes de comprovação documental, ocasionando distorções em relação àquilo que se pretende demonstrar”.

CONCLUSÃO

A detida análise das considerações feitas, sobre as contas do Governador, do exercício financeiro de 1999, revela que o Tribunal de Contas, na emissão do Parecer Prévio, cumpriu rigorosamente com as exigências técnicas e legais.

É importante salientar que o trabalho desta Corte agrega, em seus documentos de resultado, todos os elementos de gestão pública constantes das contas do Governador, envolvendo os sistemas orçamentários, financeiro, patrimonial e operacional, nada ficando segregado, exatamente para oferecer ao Poder Legislativo, titular do julgamento final, todas as informações cabíveis.

Acrescenta-se que alguns fatos, pela sua natureza, constituem elementos de base formal, técnica, de mérito e, por essa característica, não implicam, necessariamente, na recomendação da desaprovação das contas, mas em alerta quanto ao alcance da sua tipicidade e dos reflexos no desempenho da ação governamental.

Na análise das contas do Governador, a missão fundamental do Tribunal de Contas é a do amplo levantamento e comentário de todos os fatos, para que o Legislativo, soberanamente, proceda o julgamento.

Deveras, é crime afirmar que o Tribunal de Contas não aprova ou desaprova as Contas do Governador. A decisão final, nos termos da Constituição, é atribuição do Poder Legislativo.

Finalmente, é oportuno salientar que a decidida participação do Legislativo, no julgamento das contas governamentais, revela, mais uma vez, o espírito democrático da Casa de Leis, sempre atenta à preservação da moralidade que deve presidir a gestão pública.

Curitiba, 28.05.2001.

(a) RAFAEL IATAURO - Presidente

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente requeiro chamada nominal.

Senhor presidente, retiro a chamada nominal.

O SR. NEIVO BERLADIN

Eu ratifico a chamada nominal dos senhores deputados, conforme pedido da Deputada Luciana. Ela naturalmente pede chamada nominal, senhor presidente, porque evidentemente o Deputado Anibelli leu muito rápido a Ata da Sessão Anterior e os deputados estão se dirigindo ao Plenário. Acho que, na verdade, em poucos minutos, teremos, aqui, quorum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**).

Catorze senhores deputados responderam à chamada, com o registro da presença do Deputado Algaci Tulio. Não há número suficiente para darmos continuidade à sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outras para terça-feira, dia 29, á hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 151/2000, 003, 026, 076, 148 e 151/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 104, 367, 411/2000, 188 e 189/2001.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 189/2001

Conceder a JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula nº 513, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Procurador, 3ª Classe, Nível NU-1, nos termos do parágrafo único, do artigo nº 247, da lei nº 6174/70, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções no decênio compreendido entre 10.08.89 a 10.08.99.

(Prot. nº 3076/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 190/2001

Conceder a LÍDIA GRANISKA SAUTCHUK, matrícula nº 40749, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo da Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria Administrativa, licença sem vencimento por dois (02) anos, nos termos do artigo nº 240 e parágrafos, da Lei nº 6174/70.

(Prot. nº 2760/2001)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.04.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 199/2001

I - exonerar, a pedido, MARIA LILIAN DO AMARAL BORCHARDT, do cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria da Taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2001.

II - exonerar, a pedido, AIRTON CESAR SANTIN, do cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Sub-Coordenador da Coordenadoria da Taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2001.

III - prover, AIRTON CESAR SANTIN, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2001.

IV - prover, KATIA TRINKEL BRUNETTI, para exercer o cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Sub-Coordenadora da Coordenadoria da taquigrafia, a partir de 02 de maio de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.05.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1ª Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 4891 de 16 de maio de 2001, deste Poder,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 58/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40588, de cento e vinte dias (120), a partir de 14 de maio de 2001, término 11 de novembro de 2001. CID.I.II.

(Prot. nº 4891/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.05.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dois dias do mês de maio de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Tulio, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati e mais os Deputados Edson Strapasson, Eli Ghellere, Durval Amaral, Miltinho Pupio e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 070/2001 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 195/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2001. Parecer FAVORÁVEL

do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 132/2001 de autoria do Deputado Sérgio Spada. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 04) Projeto de Lei nº 189/2001 de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 188/2001 de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 113/2001 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 106/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Orlando Pessuti; 08) Projeto de Lei nº 158/2001 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 09) Projeto de Lei nº 102/2001 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 373/2000 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 015/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 05/2001. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio, na forma das emendas anexas - APROVADO, com voto contrário do Deputado Durval Amaral; 12) Projeto de Lei nº 003/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária